

## TEMA EM DESTAQUE

# MUDANÇA NO CONHECIMENTO E NA PROFISSÃO ACADÊMICA EM PORTUGAL

RUI SANTIAGO

TERESA CARVALHO

**RESUMO**

*O propósito principal deste artigo é analisar como os acadêmicos portugueses estão lidando com as novas condições de produção de conhecimento científico ligadas à emergência da sociedade/economia do conhecimento e à crescente mercantilização e “managerização” da educação superior. Os desafios profissionais instituídos por essas novas condições podem erodir a autonomia e liberdade dos acadêmicos, construídas graças ao conhecimento científico e à colegialidade. De acordo com os resultados de uma pesquisa internacional na qual se apoia a componente empírica deste artigo, a maioria dos acadêmicos ouvidos continua vinculada aos princípios humboldtianos/mertonianos de produção do conhecimento, como base de referência do profissionalismo acadêmico. Contudo, os acadêmicos assumiram, igualmente, posições híbridas em relação à categorização epistemológica da pesquisa científica, à articulação entre a pesquisa e ensino e à filiação disciplinar, departamental e institucional.*

PRODUÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA • ENSINO SUPERIOR •  
CONHECIMENTOS • PROFISSIONALIZAÇÃO

# CHANGES IN KNOWLEDGE AND ACADEMIC PROFESSION IN PORTUGAL

RUI SANTIAGO  
TERESA CARVALHO

## ABSTRACT

*The main purpose of this article is to analyze the way academics in Portugal are dealing with the new conditions of knowledge production in the light of both the emergence of knowledge society/economy articulated and the Portuguese higher education increasing marketization and managerialization. These professional challenges brought by these new conditions can erode the academics' autonomy mainly built up on the scientific knowledge and collegiality. Following the results of an international survey, which supports the empirical component of this study, the majority of the academics surveyed are still committed with the Humboldtian/Mertonian knowledge production principles, as the main basis to sustain their professionalism. However, they assume also hybrid positions vis-à-vis the epistemological categorization of their research, the links between research and teaching and the affiliation to their discipline, department and institution.*

TECHNICAL SCIENTIFIC PRODUCTION • HIGHER EDUCATION •  
KNOWLEDGE • PROFESSIONALIZATION



**PROPÓSITO GERAL** deste estudo é analisar o impacto das transformações nas condições institucionais e epistemológicas da produção de conhecimento científico na profissão acadêmica em Portugal. O estudo parte do pressuposto de que a “managerização” crescente do ensino superior português, visível desde o início do século XXI, alterou substancialmente essas condições – o que pode afetar a autonomia profissional dos acadêmicos e o seu controle sobre a natureza e a forma como o conhecimento é produzido e difundido.

De fato, a profissão acadêmica, para além da legitimação social e simbólica conferida pelo ensino (FREIDSON, 2001), sempre conseguiu manter sua autonomia com base na estreita relação que, desde o advento dos sistemas de ensino superior modernos, manteve com a ciência. A articulação entre os princípios humboldtianos e burocrático-colegiais de organização da universidade (SANTIAGO, CARVALHO, 2004) e o sistema ideológico e normativo mertoniano de produção de ciência (MERTON, 1973; BOURDIEU, 2006) constituiu, até ao final dos anos 1970, a referência dominante da ideologia profissional e das estratégias de profissionalização dos acadêmicos.

Os acadêmicos detinham um quase-monopólio da produção e difusão do conhecimento científico, cuja formalização constituía, igualmente, a instância mais importante de apoio aos processos e estratégias de profissionalização de outros grupos profissionais (FREIDSON, 2001; SLAUGHTER, LESLIE, 1997). O conhecimento formal, certificado com base nas credenciais acadêmicas, é visto, de fato, como um dos mais importantes elementos de legitimação política, social e econômica da autonomia profissional (FREIDSON, 1986, 2001).

A partir dos anos 1980, esse contexto institucional começou a ser amplamente questionado. Em diferentes sistemas de ensino superior, a profissão acadêmica vem enfrentando significativos e controversos desafios (ALTBACH, REISBERG, RUMBLEY, 2009; REED, 2002; MUSSELIN, 2008) que podem enfraquecer suas bases tradicionais de legitimação.

Entre esses desafios, o mais relevante, talvez, refere-se à emergência da sociedade/economia do conhecimento, fenômeno que vem impulsionando a reorientação da pesquisa para a esfera do utilitarismo econômico e do mercado (OLSSSEN, PETERS, 2005). A ênfase na pesquisa como um bem que tem um preço em face das leis da oferta e da procura (OLSSSEN, PETERS, 2005; SLAUGHTER, LESLIE, 1997) surge como um dos fatores que pode contribuir mais decisivamente para o enfraquecimento da profissão acadêmica.

No contexto dessa reorientação, a perda do controle profissional sobre a pesquisa científica, dada a possibilidade de sobreposição de critérios exógenos aos critérios endógenos na decisão sobre o que pesquisar e como – em nome da soberania do “cliente/consumidor” –, é suscetível de se acentuar com o crescente afastamento dos acadêmicos dos principais *locus* de poder nas instituições. Na realidade, a instalação de mecanismos de ação a distância, ou de supervisão (NEAVE, VAN VUGHT, 1994), na regulação estatal do ensino superior, foi acompanhada pela imposição de novas formas organizacionais e de decisão, próximas da cultura e dos modelos empresariais. Elas afastam os acadêmicos da decisão e limitam seu poder de influenciar a estruturação das condições sociais e institucionais no âmbito das quais o conhecimento é produzido e difundido.

Os desafios que se colocam aos acadêmicos portugueses seguem, em geral, o roteiro que acabamos de descrever. Mas, de fato, somente a partir do final dos anos 1990 é que o sistema de ensino superior português foi submetido a princípios e práticas de reconfiguração similares aos de outros sistemas ocidentais. As pressões e os incentivos políticos para conectar a produção de conhecimento científico e tecnológico com o tecido empresarial e a competitividade nacional emergiram como uma questão central das políticas governamentais de atribuição de novas missões ao ensino superior, à ciência e tecnologia e aos profissionais acadêmicos. Ao mesmo tempo, a injeção dos princípios do mercado no sistema e as alterações estruturais na direção e gestão das instituições, inspiradas nos modelos empresariais, surgem como os desafios mais relevantes colocados à profissão acadêmica em Portugal.

Nesse contexto, a análise das posições dos acadêmicos em face dos novos desafios pode fornecer elementos pertinentes para a compreensão do lugar que o profissionalismo acadêmico ocupa hoje na estruturação dos sistemas e instituições de ensino superior.

Em nosso estudo, propomo-nos, assim, a examinar as mudanças potenciais nessas posições. Em um primeiro momento, descrevemos as transformações contextuais que vêm reconfigurando a produção do conhecimen-

to científico nas instituições, como também sua ligação com a construção da profissão e do profissionalismo acadêmico. Em um segundo momento, analisamos os principais resultados obtidos num dos blocos temáticos em uma pesquisa baseada em um questionário internacional proposto aos acadêmicos portugueses no ano letivo de 2007-2008. Esse questionário faz parte de um projeto internacional denominado Changing Academic Profession – CAP –, incluindo 19 países, cujo objetivo é analisar as mudanças que vêm ocorrendo na profissão acadêmica. Finalmente, apresentaremos algumas das principais conclusões dessa análise, indicando as pistas que, eventualmente, podem abrir para a continuação e aprofundamento da pesquisa futura no campo.

## TRANSFORMAÇÕES NOS CONTEXTOS DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO

Apesar dos elos estreitos que, desde a primeira metade do século XX, algumas universidades foram estabelecendo com a indústria, o sistema ideológico e de normas tácitas mertoniano (MERTON, 1973; BOURDIEU, 2006), Comunitarismo, Universalismo, Desinteresse, Originalidade e Ceticismo – conhecido pela sigla Cudoc – prevaleceu, até o final dos anos 1970, como uma referência dominante da cultura científica. Ziman (1994, 1996) caracteriza esse período como de domínio da “ciência acadêmica” e Gibbons et al. (1994), como “Modo 1 de produção do conhecimento”. A modalidade de “tipo-ideal” dessa caracterização cobre um conjunto de representações e crenças sobre a pesquisa acadêmica, identificadas com uma cultura científica endógena à universidade. Basicamente, esta era estruturada a partir de dinâmicas internas, de base disciplinar, e da iniciativa individual e autônoma dos acadêmicos (OLSEN, PETERS, 2005). Este tipo de iniciativa era socialmente justificado, pelo menos em um registro retórico (BOURDIEU, 2006), por finalidades desinteressadas, desligadas do mercado e conectadas com a conquista de prestígio científico.

Mais recente que o ensino, a pesquisa, por sua vez, emergiu da universidade moderna embutida na “filosofia humboldtiana” e protegida do mercado e das pressões políticas e sociais. A pesquisa básica/fundamental e aplicada era amplamente representada como uma atividade de natureza pública ou, em outras palavras, como um bem público que produz benefícios sociais e externalidades positivas, pelo menos a médio ou a longo prazo. Embora a transferência de conhecimento (e de tecnologia) para a indústria não fosse estranha à universidade, o reconhecimento do seu interesse e benefício público prevalecia sobre a lógica do interesse privado (LAZERSON, 1998).

Em suma, é possível argumentar que a simbiose entre a organização humboldtiana da universidade e o sistema ideológico e normativo mertoniano de crenças sociais e epistemológicas sobre a ciência (MERTON, 1973) constituiu um dos suportes básicos da construção social e institucional da

profissão acadêmica. O outro suporte, articulado ao primeiro, foi proporcionado, como se verá mais à frente, pela versão colegial do regime burocrático (WEBER, 1995), que permitia a regulação e controle dos processos de tomada de decisão institucional pelos profissionais.

Por ora, é importante sublinhar que a confluência dessas três lógicas contribuiu fortemente para a formalização de um corpo específico de conhecimento e técnicas (FREIDSON, 1986, 2001) que permitiram criar as bases do poder discricionário dos profissionais e materializar seu controle sobre a organização e a divisão do trabalho acadêmico.

O âmbito institucional de produção e de formalização do conhecimento, que descrevemos sinteticamente, tem sido objeto de um rigoroso exame crítico desde a década de 1980. Os critérios endógenos de produção do conhecimento passaram a ser substancialmente ameaçados por critérios exógenos, econômicos e de mercado no âmbito da reconfiguração da relação entre o Estado, a sociedade e a universidade/sistema científico e tecnológico. Todavia, pelo menos no caso da Europa, o Estado continuou assumindo o papel de agente-chave na institucionalização das novas condições sob as quais o conhecimento deveria ser representado e produzido.

O reconhecimento dessa responsabilidade pelo Estado pode ser analisado segundo dois eixos articulados entre eles. O primeiro está ligado à derivação das novas formas de produção de conhecimento dos processos de reconversão capitalista da indústria e da economia tradicional, agora (re)conceitualizada como indústria e economia do conhecimento (FELDMAN, 2001). O segundo refere-se à influência exercida pela “filosofia” neoliberal nessa reconversão, traduzida na noção de “soberania do cliente/consumidor”. Esta se fundamenta, principalmente, nas noções de “utilidade, interesse e escolha racional” (LAVAL, 2007) e na adoção de modelos “manageriais” na “gestão” do sistema e das instituições de ensino superior.

Relativamente ao primeiro eixo, parece-nos relevante sublinhar a tese do acordo com a qual o capitalismo procura um novo suporte social e econômico para assegurar sua reprodução, baseada agora em uma noção de sociedade do conhecimento crescentemente associada à matriz da economia do conhecimento (OLSEN, PETERS, 2005). O lugar do conhecimento na reconfiguração do capitalismo é sobrevalorizado pela arena competitiva da globalização, conduzindo os governos a mudar suas estratégias políticas na condução do ensino superior e da ciência.

O propósito último dessa mudança é transformar o conhecimento em uma nova forma de “acumulação de capital” para servir aos objetivos de aquisição nacional de vantagens competitivas. Nesse processo, a noção de capital intelectual emerge como um importante instrumento conceitual para justificar as práticas de proteção legal da propriedade intelectual, vistas de forma similar às práticas da propriedade industrial (CALBOUN, 2006).

Em suma, embora já não detenha o monopólio da produção de conhecimento, a universidade é politicamente representada como um eixo

central na reconversão do capitalismo, e a ciência e tecnologia são vistas como prioridades políticas (OLSEN, PETERS, 2005).

Porém, como argumentam Kleinman e Valas (2001), existe, na realidade, uma “convergência assimétrica” entre a universidade e a indústria, sendo esta última dominante. E isso, mesmo tendo as universidades endossado a privatização de alguns dos seus meios de produção do conhecimento, especialmente através da criação de estruturas de “interface” que agem como empresas ou “quase-empresas”. Por outro lado, a universidade está sob forte pressão política e é confrontada com crescentes restrições financeiras, enquanto os acadêmicos enfrentam fortes pressões gestionárias, materializadas no controle do conhecimento por gestores e em objetivos de gestão (HELLSTRÖM, JACOB, 2005). Desse modo, as condições em que se realizam essas interações são, nas palavras de Kleinman e Valas (2001), desiguais e injustas. As humanidades, as artes e as ciências sociais são fortemente penalizadas por essas novas regras do jogo. Como argumentam Bullen, Robb e Kenway (2004), as humanidades e as artes (e as ciências sociais) estão longe de poder ser incluídas na nova “arena do conhecimento”, em grande medida porque a “tecno-orientação corrente da economia do conhecimento” provoca sua depreciação.

Essa tecno-orientação, ou a imposição de princípios de racionalidade econômica e utilitária na produção de conhecimento, constitui uma tentativa profunda de reconfigurar o paradigma tradicional de ciência. A autonomia de decisão sobre o que investigar, o controle do desenvolvimento da pesquisa e a avaliação por pares deixaram de ser uma prerrogativa exclusiva dos acadêmicos. Exigem-se resultados a curto prazo e se impõe, externamente, uma hierarquia do conhecimento crescentemente baseada na pertinência social e econômica da “resolução de problemas”.

Em síntese, boa parte do conhecimento já está totalmente embutida na economia e uma parcela significativa da pesquisa tornou-se menos independente e mais configurada por iniciativas exógenas à universidade e aos acadêmicos, submetidas à lógica do cliente/agentes empresariais/empreendedores. A autonomia parece ter dado lugar à heteronomia na produção de ciência (BOURDIEU, 2006).

Seguindo o raciocínio de Freidson (2001) sobre o desafio que representa para os profissionais em geral a ideologia do consumismo, complementada pela ideologia do “managerismo”, também aqui a “soberania do cliente/consumidor” de ciência coloca desafios importantes aos princípios do autocontrole e dos juízos discricionários dos acadêmicos.

Em uma lógica muito próxima desse raciocínio, Ziman (1994, 1996) argumenta que a ciência privatizada e comercialmente financiada, para além de ameaçar a ciência básica tradicional, induz a que a avaliação por pares seja substituída pelo controle da qualidade e pela cultura da *performance*. Caracterizando a ciência contemporânea como “pós-acadêmica/pós-industrial”, noção próxima do Modo 2 de produção de conhecimento

(GIBBONS ET AL., 1994), Ziman (1994) propõe uma nova sigla para situar essa transformação: Proprietário, Local, Autoritária, Comissionado e Especialista – Place. Essa sigla, no fundo, procura significar que o sistema ideológico e de normas tácitas mertoniano já não constitui uma referência dominante para a ciência. Sobre esta, passou-se a exercer um controle gestor, baseado em contratos, utilizando mecanismos de compromisso e estabelecendo deveres de monitoração e de prestação de contas que restringem o controle da produção do conhecimento pelos acadêmicos. Como diriam Olssen e Peters (2005), os acadêmicos são, assim, responsabilizados perante uma determinada “ordem de mercado” e seus clientes.

Em grande medida, é a identificação desse novo contexto de produção do conhecimento que tem conduzido ao desenvolvimento da tese da “desprofissionalização” dos acadêmicos, ou, pelo menos, de um forte enfraquecimento da sua ideologia profissional (FREIDSON, 2001). A profissão acadêmica perdeu seu estatuto de “profissão-chave” na sociedade (PERKIN, 1969; BRINT, 1994), ou, usando a terminologia de Gramsci (2000), os acadêmicos perderam seu estatuto de “intelectuais orgânicos”, garantias de uma determinada ideia hegemônica sobre a importância social do conhecimento. Os acadêmicos são equiparados hoje a outros trabalhadores de serviços de conhecimento especializado (MUSSELIN, 2008; BRINT, 1994).

Tomando agora o segundo eixo, a Universidade, como vimos, emergiu como a instância privilegiada de credenciamento e legitimação científica e técnica das profissões, baseada na produção, formalização e difusão do conhecimento e das ideologias ocupacionais (FREIDSON, 1986, 2001; LARSON, 1977; SLAUGHTER, LESLIE, 1997). Essa posição de monopólio conferiu à universidade e aos acadêmicos um lugar de articulação na divisão social do trabalho, instituindo-se, historicamente, como um dos campos matriciais na análise das profissões.

Até a década de 1980, a posição que os acadêmicos ocupavam entre o capital e o trabalho, protegidos do mercado (ABBOTT, 1988) e da sociedade pela negociação de um “contrato social” tácito, garantiu a eles um estatuto singular e privilegiado no credenciamento formal de outros profissionais (SLAUGHTER, LESLIE, 1997). A manutenção desse monopólio de “produção de produtores profissionais” (LARSON, 1977) só foi viável sob a capa protetora de uma modalidade particular de organização – a aliança entre a divisão burocrática e a divisão ocupacional do trabalho, ou, em outras palavras, a associação entre a burocracia e o profissionalismo (CLARKE, NEWMAN, 1997). Essa modalidade particular de organização, apoiada, de um lado, na colegialidade como fonte de legitimação racional-legal da divisão administrativa e hierárquica do trabalho (WEBER, 1995), e, de outro lado, na articulação entre os princípios humboldtianos e o sistema de referências mertoniano de produção de ciência (MERTON, 1973), contribuiu substancialmente para proteger os acadêmicos em face do mercado e facilitar o “fechamento social” (MURPHY, 1988; LARSON, 1977) da profissão acadêmica. Mas o desenvolvimento

desse processo só foi possível pela proteção concedida à universidade pelo Estado.

Apesar dos conflitos e contradições existentes entre a burocracia e o modo de organização ocupacional do trabalho acadêmico, centrado na noção de autonomia profissional, é possível sustentar a existência na universidade, até a década de 1980, de um equilíbrio, ou mesmo de uma simbiose, entre as duas lógicas. A própria lógica do modelo burocrático influenciou a concepção de carreira acadêmica do ponto de vista de suas formas de estratificação e de segmentação interna.

Porém, o processo de “modernização” ou de reforma do ensino superior nas últimas três décadas, centrado na reconceituação dos papéis do Estado e de suas políticas educacionais, reposicionou a relação que este mantinha com a universidade e os acadêmicos. As mudanças introduzidas no controle e regulação das universidades, caracterizadas pela passagem de um regime de controle direto para um regime de controle e/ou de supervisão a distância (NEAVE, VAN VUGHT, 1994; NEAVE, 1996), paralelamente à introdução de mecanismos de coordenação pelo mercado no sistema, podem envolver os acadêmicos em dinâmicas profundas de mudança (BLEIKLIE, MICHELSEN, 2008) e, com isso, afetar suas identidades, cultura, valores e modos de operar.

As imposições governamentais de novos regimes de direção e gestão nas universidades contribuíram, em grande medida, para neutralizar e desvalorizar a colegialidade como forma de poder e de tomada de decisão. A “aliança” ou equilíbrio estabelecido entre as dimensões burocráticas e ocupacionais foi rompido. A lógica da organização, resultante de procura da unificação das estruturas acadêmica sob a bandeira da gestão (CARVALHO, SANTIAGO, 2010, 2010a), ou a reengenharia das universidades como “organizações completas” (ENDERS, DE BOER, LEISYTE, 2008), supostamente mais aptas para enfrentar os desafios do “mercado”, sobrepôs-se à lógica ocupacional e profissional. Essa sobreposição pode emergir, igualmente, como um fator importante no enfraquecimento do profissionalismo acadêmico (controle sobre a divisão e as condições do trabalho), tendo em vista a perda de autonomia e de liberdade e a existência de um aumento substancial do controle institucional sobre as atividades de ensino e de pesquisa.

De fato, esses novos regimes “minam a concepção de universidade como uma instituição baseada na autonomia, na direção livre, na avaliação por pares e na autoridade profissional, e mudam, assim, as políticas sobre a forma como o trabalho acadêmico é realizado” (NEWSON, 1993, p. 298). A liberdade e a autonomia acadêmicas, asseguradas por uma clara separação entre a gestão e os profissionais (CLARK, 1983; MEEK, 2003), foram limitadas pela *managerização* do ensino superior. Sob a influência de uma nova arquitetura organizacional, criada à imagem do modelo empresarial/empreendedor, e dos novos regimes de auditorias e avaliação por pares, os acadêmicos parecem ter perdido autonomia e poder de autorregulação. Assim,

passam a ser representados mais como “trabalhadores intelectuais”, forçados a assumir maior responsabilidade perante as instituições que pagam seus salários (SLAUGHTER, LESLIE, 1997; REED, 2002; HARLEY, MULLER-CAMEN, COLLIN, 2003), do que como profissionais especializados e autônomos.

Todavia, essa tese não é totalmente partilhada pela pesquisa no campo. Vários autores, como Kogan e Bauer, (2000), Harman, (2008) e Huisman et al., (2006), sustentam que o panorama profissional criado pela reconfiguração dos sistemas e das instituições não é tão negativo quanto pode transparecer do grau de profundidade das reformas empreendidas. Observou-se, em muitos casos, uma certa resistência coletiva às novas políticas, sob a forma de distorção de sua execução, o que parece ter impedido as mudanças radicais esperadas nas práticas sociais e profissionais dos acadêmicos (KOGAN, BAUER, 2000; CARVALHO, SANTIAGO, 2010, 2010a).

Tal como aconteceu em outros sistemas de ensino superior, a universidade portuguesa vem sofrendo pressões políticas para reconfigurar suas estruturas e processos. Os anos 1990 podem ser considerados o marco do início das preocupações com as questões da qualidade, eficiência, prestação de contas e competição. Porém, essas preocupações eram sentidas mais no nível retórico do que no nível dos efeitos práticos de sua tradução política no terreno. A “filosofia” humboldtiana, baseada na lógica do conhecimento acadêmico, manteve-se, até ao final dos anos 1990, como o principal princípio organizador das estruturas institucionais de poder e das atividades acadêmicas (SANTIAGO, CARVALHO, 2004; SANTIAGO ET AL., 2006; CARVALHO, SANTIAGO, 2010, 2010A). Só após o início de 2000 é que as pressões gerenciais do mercado se tornaram mais explícitas e efetivas (SANTIAGO ET AL., 2006; SANTIAGO, CARVALHO, RELVA, 2008).

Essas pressões encontraram um terreno favorável em um conjunto de dificuldades que o ensino superior português vinha enfrentando: entropias no *modus operandi* do modelo burocrático-colegial, em larga medida associadas à massificação relativamente recente (após os anos 1980) do sistema de ensino superior; a situação econômica e financeira do país, invocada como justificativa para a introdução de restrições ao financiamento público do ensino superior; a hegemonia da retórica neoliberal nas políticas governamentais de “modernização” do setor público que também atingiram o ensino superior; a ênfase das políticas governamentais na sociedade/economia do conhecimento (importância dos currículos vocacionais no novo mercado de trabalho “pós-fordista” e da transferência de conhecimento e tecnologia para o meio empresarial) com o propósito de promover a competitividade nacional.

Mais recentemente, a Lei n. 62/2007 (Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior) impôs um novo modelo de direção e gestão que configura uma limitação da tradição de colegiado. Entre as principais características desse novo modelo, vale destacar aquelas que são suscetíveis de provocar transformações profundas na organização e no funcionamento das instituições: a possibilidade de optar por um regime jurídico de

1  
O ensino superior em Portugal é organizado em um sistema binário, constituído pelo ensino universitário e o ensino politécnico, cada um com finalidades distintas e concepções curriculares específicas (ver <http://www.dges.mctes.pt/DGES/pt/Estudantes/Rede/Ensino%20Superior>).  
(N. da E.)

instituto público ou de fundação pública (regulada pelo direito privado); a criação de um Conselho Geral (substituindo os órgãos colegiais anteriores), com uma forte representação externa (a lei impõe que o presidente desse Conselho seja um membro externo à instituição) e um poder político e estratégico ampliado, incluindo a eleição do reitor ou do Presidente do Politécnico<sup>1</sup> (embora a representação do corpo acadêmico continue a ser majoritária nesse conselho); e a criação de um Conselho de Gestão com poderes de regulação e controle sobre as decisões administrativas.

Esse conjunto de transformações rompeu a aliança tradicional entre a lógica burocrática e a lógica profissional que, desde a revolução democrática de 1974, dava suporte às diferentes formas de funcionamento das universidades e dos institutos politécnicos portugueses. O princípio da organização, alinhado a imperativos de gestão, substituiu o princípio ocupacional na direção e gestão das instituições. Essa substituição, em tese, favorece as tentativas de institucionalização de novas condições e formas de produção de ciência, mais alinhadas às crenças utilitárias sobre o lugar do conhecimento na reconversão da economia industrial tradicional em economia do conhecimento. Ao perder boa parte do poder coletivo (colegial) e individual de controlar a organização e divisão do trabalho acadêmico, os profissionais podem perder, igualmente, boa parte do controle das condições sociais, institucionais e epistemológicas sob as quais a pesquisa é desenvolvida. As mudanças da regulação colegiada do trabalho acadêmico para uma regulação de tipo gerencial surgem, potencialmente, como uma fonte de enfraquecimento da profissão acadêmica em Portugal.

## O PROCESSO DE COLETA DE DADOS

A informação que fundamenta a componente empírica do nosso estudo foi extraída de um bloco temático sobre a pesquisa acadêmica, integrado no questionário internacional “Mudanças na Profissão Acadêmica”. No caso português, esse questionário foi aplicado por meio eletrônico, de outubro a novembro de 2008, ao universo dos acadêmicos (incluindo todas as categorias profissionais) vinculados às universidades e institutos politécnicos públicos portugueses (com exceção das instituições militares e da polícia).

Do total de questionários preenchidos (1.200), foram separados para a análise 856, que passaram a representar a amostra do estudo. Esta amostra é constituída por 528 acadêmicos vinculados ao subsistema universitário e 207 ao politécnico (com 121 não-respostas nesse item). Por esse procedimento de amostragem, torna-se problemático determinar se a amostra reflete as principais características sociodemográficas do universo dos acadêmicos portugueses.

Partindo do pressuposto de que existem experiências científicas e profissionais diversificadas entre os acadêmicos, introduzimos duas variáveis independentes no tratamento dos dados empíricos: a vinculação ao subsistema universitário ou politécnico e a área de obtenção do último grau

acadêmico (Ciências Sociais/Humanidades/Artes; Economia/Administração-Gestão/Direito; Ciências da Vida/Saúde; Física/Matemática; Engenharias/Tecnologias). O recurso a essas duas variáveis ajuda-nos a analisar eventuais efeitos diferenciados produzidos na atividade de pesquisa dos profissionais acadêmicos pela *managerização* do ensino superior. Os dados obtidos no questionário foram analisados com o recurso a técnicas de estatística descritiva e não paramétricas, usando como suporte o Programa SPSS.

## OS RESULTADOS: O LUGAR DO CONHECIMENTO E DA PESQUISA NO TRABALHO ACADÊMICO

A análise incide, principalmente, sobre três dimensões que, na nossa perspectiva, melhor caracterizam a relação que os académicos estabelecem com a mudança nos processos de produção de conhecimento: as percepções que manifestam sobre as pressões externas para a alteração das condições em que a pesquisa é desenvolvida; a categorização que fazem dessa pesquisa; e o lugar que a produção do conhecimento científico ocupa na sua atividade profissional.

### PERCEPÇÕES ACERCA DAS PRESSÕES EXTERNAS SOBRE AS ATIVIDADES DE PESQUISA

Quando perguntados se estão ou não envolvidos em atividades de transferência de conhecimento e tecnologia para o meio empresarial, a maioria dos académicos ouvidos (66%) responde negativamente (Tab. 1). No entanto, observam-se nesses resultados diferenças estatisticamente significativas em função das áreas científicas de vinculação dos académicos (no caso das universidades e institutos politécnicos, as diferenças encontradas não são estatisticamente relevantes). Como esperado, são os académicos vinculados a áreas disciplinares que acolhem melhor a ciência estratégica aplicada e a “tecnociência” (SLAUGHTER, LESLIE, 1997; SLAUGHTER, RHOADES, 2003; FULLER, 2003) – ou a ciência “pós-acadêmica/pós-industrial” (ZIMAN, 1996) – que declaram estar mais envolvidos neste tipo de atividades (Tab.1), ou seja, Ciências da Vida/Saúde; Física/Matemática e Engenharias/Tecnologias.

TABELA 1

#### ENVOLVIMENTO EM ATIVIDADES DE TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA

	CS/H/A		E/A/D		CV/S		F/M		E/T	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
<b>Sim</b> (N=150)	24	19,4	3	6	42	53,2	31	36,9	50	48,1
<b>Não</b> (N=291)	100	80,6	47	94	37	46,8	53	63,1	54	51,9
<b>Total</b>	124	100	50	100	79	100	84	100	104	100

Slg=0,000

Obs.: CS/H/A: Ciências Sociais/Humanidades/Artes; E/A/D: Economia/Administração/Direito; CV/S: Ciências Da Vida/Saúde; F/M, Física/Matemática; E/T, Engenharias/Tecnologias.

De alguma forma, esse conjunto de resultados vai ao encontro da argumentação de Bullen, Robb e Kenway (2004) segundo a qual as Ciências

Sociais/Humanidades foram afastadas da esfera da discussão da sociedade/economia do conhecimento.

Em termos globais, os resultados obtidos nesse item ajudam também a desvendar melhor o sentido das posições assumidas pelos acadêmicos a propósito dos fatores que podem influenciar o desenvolvimento de suas atividades de pesquisa (Tab. 2). O não envolvimento da maioria em atividades de transferência de conhecimento e tecnologia, em particular em Ciências Sociais/Humanidades/Artes e em Economia/Administração/Direito, talvez explique o fato de uma proporção importante de acadêmicos manifestar uma posição neutra (30%) ou contrária (39,4%) à ideia de que os financiadores ou clientes externos influenciam sua pesquisa (Tab. 2). Essa posição emerge em contraste com a orientação das respostas dos acadêmicos quando perguntados sobre as condições sociais e institucionais em que essas atividades são realizadas. É reconhecido pela quase totalidade dos entrevistados que, desde seu ingresso na profissão, vêm aumentando as pressões para a captação externa de financiamento para a pesquisa (96,4%). E uma proporção relevante reconhece ainda que sua instituição enfatiza a pesquisa comercial ou aplicada (53,1%). As diferenças observadas entre os distintos subgrupos da amostra (área científica e subsistema) não são estatisticamente significativas.

TABELA 2  
PERCEPÇÃO DOS FATORES QUE CONDICIONAM A PESQUISA

	(1) Discordo Totalmente	(2)	(3)	(4)	(5) Concordo Totalmente
Financiadores/Clientes externos não influenciam pesquisa (N=520)	12,3	17,5	30	<b>20,4</b>	<b>19,4</b>
Aumento da pressão para captar fundos pesquisa (N=530)	4,5	<b>2,1</b>	7	<b>21,7</b>	<b>64,7</b>
Ênfase na pesquisa multi e interdisciplinar (N=535)	<b>13,6</b>	15,3	29,5	<b>26</b>	15,5
Ênfase na pesquisa comercial ou aplicada (N=536)	<b>8,6</b>	13,8	24,4	<b>34,1</b>	19

O diferencial nas percepções assumidas pelos acadêmicos em face dessa questão pode estar relacionado ao nível de intromissão do “managemismo” no ensino superior português nesse período. Alguns estudos revelam que essa intromissão é mais forte e longitudinalmente mais presente no nível retórico (SANTIAGO ET AL., 2006; CARVALHO, SANTIAGO, 2010). Assim sendo, é possível que os acadêmicos assumam, no nível do discurso, a existência

de uma efetiva pressão para diferenciar as fontes de financiamento de sua pesquisa, mesmo que, na realidade, essa pressão não tenha se traduzido ainda em um deslocamento visível da influência do tipo e natureza da pesquisa realizada de acordo com as imposições, coercivas ou indutivas, dos novos financiadores.

Além disso, é provável que o caráter um pouco contraditório das respostas a esse conjunto de itens seja o indício de um fenômeno semelhante ao que Kogan e Bauer (2000) identificaram nos acadêmicos noruegueses, suecos e ingleses: a emergência de comportamentos e práticas discursivas de resistência profissional em face das pressões “mercantilistas” e “manageriais” exercidas sobre o ensino superior pelas novas políticas governamentais.

Outros estudos qualitativos desenvolvidos no contexto português chegaram a conclusões semelhantes: a maioria dos acadêmicos portugueses parece assumir ainda, no discurso sobre a profissão, boa parte do legado do capital simbólico mertoniano e humboldtiano, seja no plano da relação que estabelecem entre o ensino e a pesquisa, seja em seu envolvimento nas estruturas e na decisão colegiais (SANTIAGO, CARVALHO, 2004; CARVALHO, SANTIAGO, 2010). Contudo, como veremos mais à frente, a incorporação desse legado não constitui um fenômeno linear. Emerge, como vimos, uma certa ambiguidade nas respostas dos acadêmicos que pode ser mais bem compreendida com base na hipótese da hibridação. Queremos dizer, com essa noção, que os acadêmicos tentam articular a “herança” simbólica da cultura acadêmica tradicional com respostas alinhadas à retórica e às pressões “manageriais”, internas e externas.

## **ÊNFASE DOS ACADÊMICOS NO TIPO DE PESQUISA QUE DESENVOLVEM**

Na segunda dimensão de análise dos resultados, incluímos as questões relacionadas à forma como os acadêmicos caracterizam suas principais atividades de pesquisa. Mais uma vez, as posições manifestadas pelos entrevistados apresentam um caráter híbrido (Tab. 3). Uma porcentagem importante (45%) percebe sua atividade de pesquisa como sendo do tipo básica/teórica, embora a maioria (64%) a categorize também como aplicada e orientada para a prática. Ao mesmo tempo, essa atividade parece realizar-se no âmbito de uma única disciplina (67%), ainda que, mais expressivamente, 88% afirmem também que seu suporte é multi e interdisciplinar. Por último, uma maioria substantiva (82,9%) afirma que suas atividades de pesquisa assumiram um caráter internacional.

TABELA 3  
CATEGORIZAÇÃO DA PESQUISA

	Nada (1) %	(2) %	(3) %	(4) %	Muito (5) %	Total
Básica/Teórica	17,2	14,6	23,8	26,1	18,5	100 (N=513)
Aplicada/Prática	10,1	9	17,4	30,5	33,1	100 (N=535)
Negócio/Transf. tecno.	4,6	23,9	15,1	9,8	5,2	100 (N=498)
Melhoria sociedade	10,8	9	16	27,8	36,4	100 (N=544)
Internacional	5,4	4,3	7,3	37,1	45,8	100 (N=533)
Baseada numa disciplina	16	10,4	6,6	32,5	34,5	100(N=550)
Multi/Interdisc.	1,8	4	6	46,7	41,5	100 (N=550)

Se, por um lado, a posição assumida pela grande maioria mostra claramente que boa parte de suas atividades de pesquisa não foi orientada por dinâmicas exógenas e heterônimas, de tipo comercial, mas antes por finalidades de tipo social (para a melhoria da sociedade), por outro lado, as percepções sobre a natureza do conhecimento envolvido nesse processo são contraditórias. A pesquisa empreendida é categorizada como mais aplicada, mas também como menos intensa, básica e teórica; ao mesmo tempo, é predominantemente multi e interdisciplinar, e, embora de forma menos evidente, é categorizada como pertencente ao âmbito de uma disciplina.

Em suma, quanto à natureza epistemológica das atividades de pesquisa desenvolvidas pelos acadêmicos entrevistados, é possível situar suas categorizações em um registro híbrido em algum lugar entre ciência “acadêmica” e “pós-acadêmica/pós-industrial” (ZIMAN, 1996), combinando pressupostos do modo tradicional mertoniano de produção da ciência com elementos do Modo 2 (GIBBONS ET AL., 1994) – a contextualização do conhecimento, a multi, trans e interdisciplinaridade e as orientações para as preocupações sociais. Mas, quanto às condições políticas e institucionais sob as quais, na perspectiva dos acadêmicos, as atividades de pesquisa são desenvolvidas, a análise dos resultados indica que suas categorizações se aproximam mais da “filosofia” mertoniana do que do significado da sigla Place (ZIMAN, 1994) ou dos outros elementos “manageriais” e comerciais que integram o Modo 2 (GIBBONS ET AL., 1994) – pesquisa gerida e orientada para o mercado e o meio empresarial.

De fato, a maioria desses acadêmicos parece ainda se identificar mais com uma cultura científica endógena à universidade, construída a partir de dinâmicas científicas internas, do que com uma “cultura exógena”, imposta por critérios ligados à “soberania do cliente/empresas”. Adicionalmente, os resultados indicam que a pesquisa continua a ser representada pela maioria dos entrevistados mais como uma atividade de

natureza social, orientada para a produção de melhorias na sociedade, do que como uma atividade de natureza privada, orientada para a lógica dos “negócios”. De alguma forma, o que parece estar em questão nesse conjunto específico de resultados é a permanência de uma “autoimagem” dos acadêmicos enquanto produtores e difusores de um conhecimento, como diria Brint (1994), percebido como socialmente útil e importante, suscetível de produzir impactos positivos na melhoria da sociedade.

A análise das respostas dos acadêmicos em uma perspectiva diferencial (apenas detectada em três áreas), baseada na variável “área disciplinar” (área de obtenção do doutoramento), não altera substancialmente o sentido global dessas conclusões (Tab. 4). No entanto, surgem nos resultados algumas diferenças estatisticamente significativas que merecem mais atenção e que podem, sobretudo, constituir a plataforma de uma reflexão futura, mais avançada, sobre a relação dos acadêmicos com o conhecimento em função das diferentes áreas disciplinares.

TABELA 4

## CATEGORIZAÇÃO DA PESQUISA EM FUNÇÃO DA ÁREA DISCIPLINAR

Áreas Disciplinares*	(1) Nada			(2)			(3)			(4)			(5) Muito		
	B/T	BD	M/I	B/T	BD	M/I	B/T	BD	M/I	B/T	BD	M/I	B/T	BD	M/I
Ciências Sociais/ Humanidades	14,4	21,7	3,1	8,1	14,8	4,7	17,1	7	6,2	34,2	24,3	42,2	26,1	32,2	43,8
Gestão/ Economia/ Direito	13	11,5	0	20,4	15,4	5,7	25,9	11,5	5,7	27,8	44,2	67,9	13	17,3	20,8
Ciências vida/ Saúde	21,4	17,9	0	20	5,1	0	18,6	7,7	6,3	21,4	17,9	38	18,6	51,3	55,7
Física/ Matemática	24,7	8	3,5	14,8	5,7	4,7	22,2	8	5,9	22,2	43,2	49,4	16	35,2	36,5
Engenharias/ Tecnologia	17	18,1	0,9	17	10,5	3,7	29,2	4,8	8,3	24,5	40	43,1	12,3	26,7	44

\*B/T= Básica/Teórica (N=422; Kruskal-Wallis, sig.0.008); BD= Baseada em uma disciplina (N=438; Kruskal-Wallis, sig.0.011); M/I= Multi/Interdisciplinar (N=454; Kruskal-Wallis, sig.0.005).

Na realidade, são os acadêmicos vinculados às Ciências Sociais/Humanidades/Artes os que mais assumem desenvolver suas atividades de pesquisa no âmbito da ciência básica e teórica (60,3%). Mas são eles também os que menos apoiam essa pesquisa em uma disciplina única (56,5%), em contraste, por exemplo, com as áreas de Ciências da Vida/Saúde (71%) e de Física/Matemática (78,4%).

Provavelmente, uma certa incongruência observada nesses resultados pode ser interpretada pelo significado diferente que os acadêmicos conferem às características epistemológicas da pesquisa em função de sua filiação disciplinar. No caso das Ciências Sociais/Humanidades/Artes, a insistência na multi e interdisciplinaridade segue, tradicionalmente, os padrões dos discursos e, de certa maneira, das práticas epistemológicas intrínsecas ao campo (HARMAN, 2008). A profissão e o profissionalismo acadêmico parecem ser, assim, mais plurais e diversificados (BECHER, TROWLER, 2001)

do que a literatura dominante no campo deixa antever (SLAUGHTER, LESLIE, 1997; SLAUGHTER, RHOADES, 2003), o que surge como um tópico relevante para pesquisas futuras.

## CONHECIMENTO E ATIVIDADE PROFISSIONAL: IDENTIDADE E VINCULAÇÃO DISCIPLINAR E INSTITUCIONAL

Analisando agora os resultados obtidos em um conjunto de itens que classificamos na terceira dimensão (o lugar do conhecimento nas atividades acadêmicas), a hipótese da hibridação, enunciada acima, surge, igualmente, como uma possibilidade interpretativa consistente sobre a forma como esses profissionais concebem o trabalho acadêmico.

No primeiro caso, quando perguntados sobre suas concepções de trabalho acadêmico (ligação do ensino ao conhecimento), a maioria respondeu, simultaneamente, que o que define esse trabalho é a preparação e apresentação de resultados originais da pesquisa (34% e 40,1%) e a aplicação do conhecimento às situações da vida real (43,4% e 32,8%). As diferenças encontradas de acordo com a vinculação disciplinar e institucional (universidade e politécnico) dos acadêmicos não são estatisticamente significativas.

TABELA 5  
SENTIDO DA IDENTIDADE

Concepções do trabalho acadêmico (ligação do conhecimento ao ensino)	Discordo Totalmente 1	2	3	4	Concordo Totalmente 5	Total
Preparação e apresentação de resultados originais de pesquisa	3,4	4,8	17,7	34,0	40,1	100 (n=644)
Aplicação do conhecimento às situações reais	2,5	7,0	14,4	43,4	32,8	100 (n=647)
Preparação de relatórios de síntese sobre tendências e resultados científicos	2,7	12,1	29,1	38,3	17,8	100 (n=639)

Em suma, o que parece surgir como pano de fundo desses resultados são “modelos” de representação da cultura e identidade profissional que resultam da combinação entre concepções “tradicionais” do trabalho acadêmico, fundadas na ideia de criação de conhecimento científico e de sua transmissão através do ensino (FREIDSON, 2001), e concepções mais vocacionalmente orientadas, que enfatizam a ideia da sua aplicação. A forma como essa combinação pode ser construída e os contornos que assume emergem como uma das questões centrais na reconfiguração do profissionalismo acadêmico. Essa centralidade é conferida pela natureza do impacto que

as mudanças potenciais na epistemologia do conhecimento podem produzir na legitimação da profissão acadêmica e no próprio poder de legitimar e credenciar as outras profissões. No contexto atual de domínio político das concepções utilitárias da produção e transmissão de conhecimento (SANTIAGO, CARVALHO, 2008; OLSSEN, PETERS, 2005), tal como, desde o final dos anos 1990, vêm sendo retoricamente popularizadas em Portugal (SANTIAGO, CARVALHO, 2008), a prevalência de uma lógica de aplicação desvaloriza a formalização de um determinado corpo teórico de conhecimento e, com isso, pode enfraquecer as referências culturais e simbólicas na construção da ideologia do profissionalismo (FREIDSON, 2001). Nesse sentido, pode-se argumentar, usando como inspiração os tipos-ideais de Freidson (2001), que o domínio da aplicação sobre a criação de conhecimento, no âmbito da sociedade/economia do conhecimento, fortalece a lógica de mercado e da burocracia “managerial” e enfraquece a “terceira lógica” (ocupacional).

Prosseguindo na reflexão que desenvolvemos até aqui nessa terceira dimensão, a análise dos resultados obtidos nos itens do questionário relacionados às preferências e interesses dos acadêmicos pode trazer mais alguma luz às tentativas de, na defesa da hipótese da hibridação, esclarecer melhor as razões da centralidade da questão que enunciámos acima.

De fato, em termos gerais, podemos considerar que as posições manifestadas pelos acadêmicos nesse campo são equilibradas e se situam no âmbito dos princípios humboldtianos de simbiose entre o ensino e a pesquisa (SANTIAGO, CARVALHO, 2004). É possível, no entanto, observar uma ligeira tendência nos entrevistados de valorizar as atividades de pesquisa (39,9%) em comparação com o ensino (33,1%) (Tab. 6) quando as duas são articuladas em suas respostas. No entanto, 26,9% dos acadêmicos declaram seu interesse tanto pelo ensino como pela pesquisa, sem enfatizar especialmente nenhuma dessas atividades – o que confirma dados anteriores (SANTIAGO, CARVALHO, 2008).

TABELA 6

## PREFERÊNCIAS E INTERESSES DOS ACADÊMICOS

Preferências e interesses	N	%
Primeiro pelo ensino	39	5,9
Os dois, mas com orientação mais para o ensino	180	27,4
Os dois, mas com orientação mais para a pesquisa	220	33,4
Primeiro pela pesquisa	43	6,5
Os dois, mas sem privilegiar o ensino ou a pesquisa	177	26,9
<b>Total</b>	<b>659</b>	<b>100</b>

Se, em função das áreas disciplinares, as diferenças observadas não são significativas, em contrapartida, a comparação entre acadêmicos das universidades e dos institutos politécnicos ( $\text{sig}=0.003$ ) mostra que, ao

abordar a ligação ensino-pesquisa, os primeiros enfatizam mais a orientação para a pesquisa (37%) e os segundos, a orientação para o ensino (22%). Provavelmente, essa diferença está relacionada à orientação mais acentuadamente vocacional dos institutos politécnicos, em contraste com a orientação dominante das universidades para o conhecimento acadêmico. No entanto, têm sido observados, no sistema binário português, fenômenos de *academic drift* por parte dos institutos politécnicos e de *professional drift* por parte das universidades, que, eventualmente, podem matizar o significado das diferenças observadas.

Em síntese, pesadas as ligeiras diferenças constatadas nas respostas dos acadêmicos que participaram no estudo, esse conjunto de resultados confirma, mais uma vez, algumas conclusões de estudos qualitativos desenvolvidos anteriormente no âmbito das mudanças na direção e gestão das universidades portuguesas. De acordo com esses estudos, apesar das pressões “manageriais” do Estado e das instituições no sentido de fragmentar e segmentar o trabalho acadêmico – em particular através de mecanismos de separação e especialização internas, tendentes a estabelecer uma maior distinção entre ensino e pesquisa –, a articulação entre as duas atividades ainda é assumida pela maioria dos atores acadêmicos (SANTIAGO, CARVALHO, 2004; SANTIAGO, MAGALHÃES, CARVALHO, 2005). Contudo, as noções de eficiência, eficácia e qualidade do ensino e da pesquisa, ligadas à necessidade de uma maior orientação vocacional do primeiro e de utilidade econômica da segunda, também aparecem como temas frequentes nas narrativas dos atores, conferindo-lhes, igualmente, um caráter híbrido. Em um registro diferente, agora centrado na análise dos resultados sobre o grau de filiação dos acadêmicos às suas disciplinas, unidades orgânicas e instituição, essa lógica de hibridação mantém sua consistência.

TABELA 7

## FILIAÇÃO À INSTITUIÇÃO, AO DEPARTAMENTO E À DISCIPLINA ACADÊMICA

Filiação	Nada importante 1	2	3	4	Muito importante 5	Totais
<b>Disciplina acadêmica</b>	5,7	5,2	9,7	26,4	53,0	100 (n=651)
<b>Departamento</b>	4,9	10,8	26,8	31,4	26,0	100 (n=649)
<b>Instituição</b>	3,8	6,9	23,1	33,5	32,7	100 (n=654)

Os resultados observados confirmam as conclusões de vários estudos internacionais no campo (ASKLING, 2001; ENDERS, 2001; DE WEERT, 2001; ALTBACH, 2001; DEARLOVE, 2002; BERTRAND ET AL., 1994), segundo as quais a “lealdade” dos acadêmicos às suas disciplinas científicas de socialização profissional sobrepõe-se aos seus sentimentos de filiação às instituições ou unidades orgânicas.

Por outro lado, a replicação desse fenômeno em nosso estudo permite formular a hipótese de que as tentativas políticas (e institucionais) recentes de reconfiguração da arquitetura do poder nas universidades e institutos politécnicos portugueses podem não ser bem-sucedidas na indução de mudanças nos “padrões tradicionais de lealdade” dos acadêmicos. As expectativas políticas e institucionais de conseguir a integração estrutural das instituições (CARVALHO, SANTIAGO, 2010, 2010a) em torno do poder concentrado no topo – ou, em outras palavras, sua reengenharia como “organizações completas” (ENDERS, DE BOER, LEISYTE, 2008) – entram em choque com a lógica ocupacional, que se estrutura em torno do capital simbólico, cultural e científico ligado aos processos disciplinares de socialização científica e profissional. Nesse sentido, surge a questão de saber, por um lado, como se resolvem as tensões existentes entre as expectativas gestionárias e as expectativas profissionais, e, por outro, se essa resolução pode ser um fator de enfraquecimento da profissão acadêmica ou de definição de novas estratégias de profissionalização em resposta à “mercantilização” e à “managerização” do ensino superior.

## CONCLUSÕES

No contexto de crescente disseminação da metáfora da sociedade/economia do conhecimento, as novas políticas do ensino superior atribuem uma importância crucial à transferência de conhecimento e tecnologia para o meio empresarial, na expectativa de induzir a inovação e de estimular a competitividade nacional em face dos desafios da globalização. A lógica que fundamenta essa transferência confronta os acadêmicos com mudanças profundas nas dinâmicas de produção de conhecimento, que tendem a enfatizar, na direção da heteronomia (BOURDIEU, 2006), os critérios exógenos de validade, confiabilidade e utilidade (a curto prazo) da ciência, em detrimento dos critérios endógenos, tradicionalmente ligados à iniciativa autônoma dos pesquisadores sobre o “quê” e “como” pesquisar. O domínio atual dessa lógica pode conduzir à perda do controle dos profissionais sobre as condições sociais e institucionais de regulação da produção do conhecimento científico, assim como do poder de reconstruir sua(s) epistemologia(s) endogenamente, por meio “comunidade de pares”. Freidson (2001), referindo-se mais especificamente aos profissionais médicos, argumenta que, sob a influência da ideologia neoliberal, essa perda de controle e a intromissão do *managerismo* na segunda lógica (burocracia) constituem os principais fatores de enfraquecimento das profissões e do profissionalismo.

Na verdade, o novo ambiente institucional dominante que envolve a ciência pressupõe a pluralização dos processos de produção, difusão, acesso e uso do conhecimento. No atual contexto de hegemonia da “filosofia” utilitarista sobre esses processos, a pluralização, mais do que servir a propósitos sociais, fundamenta-se, em larga medida, na articulação de

interesses entre o Estado, os “produtores” de conhecimento e o tecido empresarial/empreendedor. Assim, os fluxos de responsabilização e de prestação de contas pelo conhecimento produzido são reconfigurados, antes de tudo, pelos atos de escolha racional dos “consumidores-agentes empresariais/empreendedores”. Essa reconfiguração surge, igualmente, como uma nova tecnologia de regulação do trabalho acadêmico – ou como uma nova tecnologia de “governabilidade” (FOUCAULT, 1991) do espaço acadêmico. Ao impor novos critérios exógenos para a condução e organização deste, pode colocar os acadêmicos no mesmo plano de submissão aos interesses econômicos que outros profissionais que operam com o conhecimento especializado.

A maioria dos acadêmicos entrevistados neste estudo parece não estar envolvida em atividades de transferência de conhecimento e tecnologia, mas reconhece existir um aumento substancial das pressões externas e institucionais sobre a pesquisa. Apesar desse reconhecimento, uma proporção relevante de profissionais sustenta que suas atividades de pesquisa não são influenciadas pelos “clientes” ou financiadores externos.

Entretanto, os resultados obtidos neste estudo mostram também que a maioria assume consistentemente um conjunto de posições híbridas quanto a três domínios de suas experiências profissionais, relevantes para a análise do profissionalismo acadêmico:

- a categorização epistemológica de suas atividades de pesquisa, simultaneamente básica/teórica e aplicada, apoiada em uma disciplina e multi e interdisciplinar (embora com diferenças relevantes entre as áreas científicas);
- o tipo de mobilização do conhecimento em relação ao ensino, ao mesmo tempo o recurso a um conhecimento original, criado por sua atividade de pesquisa, e o recurso à aplicação de conhecimento preexistente;
- as características de sua filiação a uma determinada área disciplinar, unidade orgânica e instituição, com forte sentimento de filiação às três, embora mais evidente no caso da disciplina.

Essa hibridação atenua-se substancialmente em relação à percepção dos acadêmicos sobre as finalidades de sua atividade de pesquisa. Para a maioria, elas estão mais ligadas à melhoria da sociedade do que ao “negócio” ou à transferência de conhecimento e tecnologia para o meio empresarial.

Desse modo, é possível sustentar a hipótese de que o hibridismo que se manifesta nas posições assumidas pelos acadêmicos se situa mais em um registro epistemológico do que no registro das finalidades da ciência. Se, no primeiro, parece existir uma certa articulação entre “ciência

acadêmica” (mertoniana) e “ciência pós-acadêmica/pós-industrial” (ZIMAN, 1996), ou entre o Modo 1 e o Modo 2 de produção do conhecimento (GIBBONS ET AL., 1994), no segundo, o domínio do sistema de crenças mertoniano (MERTON, 1973) sobre o impacto diferido da ciência na sociedade ainda é predominante no discurso profissional dos acadêmicos.

As conclusões de alguns estudos anteriores (SANTIAGO, CARVALHO, 2004; SANTIAGO ET AL., 2006; CARVALHO, SANTIAGO, 2010; 2010a) e os próprios resultados globais desta pesquisa parecem mostrar que os “arquétipos” profissionais (CARVALHO, SANTIAGO, 2010) e humboldtianos/mertonianos continuam a ocupar um lugar relevante no discurso sobre a ciência e sua produção e, de maneira geral, sobre os objetivos e a organização do trabalho acadêmico. Contudo, a interconexão discursiva entre o mercado/ “managerismo”, as finalidades utilitárias e econômicas do conhecimento (transformação em tecnologias e inovação) e a cultura, identidades e valores acadêmicos tradicionais tem sido crescente. Até que ponto essa interconexão poderá constituir um fator de enfraquecimento ou de desprofissionalização dos acadêmicos surge como um tópico em aberto da pesquisa futura no campo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABBOTT, A. *The System of professions, an essay on the division of expert labor*. Chicago: The University of Chicago, 1988.
- ALTBACH, P. G. Academic freedom: international realities and challenges. *Higher Education*, London, v. 41, n.1/2, 205-219, 2001.
- ALTBACH, P. ; REISBERG, L.; RUMBLEY, L. *Trends in global higher education: tracking and academic revolution*. Paris: Unesco, 2009.
- ASKLING, B. Higher education and academic staff in a period of policy and system change. *Higher Education*, London, n.41, p. 157-181, 2001.
- BECHER, T.; TROWLER, P. R. *Academic tribes and territories*. London: The Society for Research into Higher Education, Open University, 2001.
- BERTRAND, D. et al. *Le Travail professoral remesuré: unité et diversité*. Québec: Université du Québec, 1994.
- BLEIKLIE, I.; MICHELSEN, S. The University as enterprise and academic co-determination. In: AMARAL, A.; BLEIKLIE, I.; MUSSELIN, C. *From governance to identity: a festschrift for Mary Henkel*. London: Springer, 2008. p. 57-80.
- BOURDIEU, Pierre. *Para uma sociologia da ciência*. Lisboa: Setenta, 2006.
- BRINT, S. *In an age of experts, the changing role of professionals in politics and public life*. Princeton, New Jersey: Princeton University, 1994.
- BULLEN, E.; ROBB, S.; KENWAY, J. Creative destruction: knowledge economy policy and the future of the arts and humanities in academy. *Journal of Education Policy*, London, v.19, n.1, p. 3-22, 2004.
- CALBOUN, C. The University and the public good. *Thesis Eleven*, London, n.84, p. 7-43, 2006.
- CARVALHO, T.; SANTIAGO, R. NPM and “middle management”: how deans influence

- institutional policies? In: MEEK, L. et al. (Ed.). *Changing deans: higher education middle management in an international perspective*. London: Springer, 2010. p. 165-196.
- \_\_\_\_\_. Still academics after all. *Higher Education Policy*, London, n.23, p. 397-411, 2010a.
- CLARK, B. *The Higher education system, academic organization in cross-national perspective*. California: University of California, 1983.
- CLARKE, J.; NEWMAN, J. *The Managerial State*. London: Sage, 1997.
- DE WEERT, E. Pressures and prospects facing the academic profession in the Netherlands. *Higher Education*, London, n.41, p. 77-101, 2001.
- DEARLOVE, J. A Continuing role for academics: the governance of UK universities in the post-Dearing era. *Higher Education Quarterly*, London, v.56, n.3, p. 257-275, 2002.
- ENDERS, J. A chair system in transition: appointments, promotions and gate-keeping in German higher education. *Higher Education*, London, n.41, p. 3-25, 2001.
- ENDERS, J.; DE BOER, H.; LEISYTE, L. On striking the right notes: shifts in governance and the organisational transformation of universities. In: AMARAL, A.; BLEIKLIE, I.; MUSSELIN, C. *From governance to identity: a festschrift for Mary Henkel*. London: Springer, 2008. p. 113-130.
- FELDMAN, J. Towards the post-university: centers of higher learning and creative spaces as economic development and social change agents. *Economic and Industrial Democracy*, London, v.22, p. 99-142, 2001.
- FOUCAULT, Michel. Governmentality. In: BURCHEL, G.; GORDON, C.; MILLER, P. *The Foucault effect, studies in governmentality*. Chicago: The University of Chicago, 1991. p. 87-104.
- FREIDSON, E. *Professionalism, the third logic*. Cambridge: Polity, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Professional powers: a study of the institutionalization of formal knowledge*. Chicago: The University of Chicago, 1986.
- FULLER, S. The University: a social technology for producing universal knowledge. *Technology in Society*, Los Angeles, v.25, n.2, p. 217-234, 2003.
- GIBBONS, M. et al. *The New production of knowledge: the dynamics of science and research in contemporary societies*, London: Sage, 1994.
- GRAMSCI, Antonio. Intellectuals and education. In: FORHACS, D. (Ed.). *The Gramsci reader*. New York: New York University, 2000. p. 300-322.
- HARLEY, S.; MULLER-CAMEN, M.; COLLIN, A. From academic communities to managed organizations: the implications for academic careers in UK and German universities. *Journal of Vocational Behavior*, Los Angeles, v.64, n.2, p. 329-345, 2003.
- HARMAN, G. Australian social scientist and transition to a more commercial university environment. *Higher Education Research & Development*, London, v.24, n.1, p. 79-94, 2008.
- HELLSTRÖM, T.; JACOB, M. Taming unruly science and saving national competitiveness: discourses on science by Sweden's strategic research bodies. *Science, Technology & Human Values*, London, v.30, n.4, 443-467, 2005.
- HUISMAN, J.; DE BOER, H.; GOEDEGEBUURE, L. The Perception or participation in executive governance structures in Dutch universities. *Tertiary Education and Management*, London, v.12, n.3, p. 227-239, 2006.
- KLEINMAN, D.; VALAS, S. Science, capitalism, and the irse of the "knowledge worker": the changing structure of knowledge production in the United States. *Theory and Society*, London, n.30, p. 451-492, 2001.
- KOGAN, M.; BAUER, M. Change and continuity: some conclusions. In: KOGAN, M. et al. *Transforming higher education, a comparative study*. London: Jessica Kingsley, 2000. p. 199-214.

- LARSON, M. *The Rise of professionalism, a sociological analysis*. Berkley: University of California, 1977.
- LAVAL, C. *L'Homme économique: essai sur les racines du néolibéralisme*. Paris: Gallimard, 2007.
- LAZERSON, M. The Disappointments of success: higher education after world war. *ANNALS/AAPSS*, Philadelphia, v.559, n.1, p. 64-76, 1998.
- MEEK, V. Governance and management of Australian higher education: enmities within and without. In: AMARAL, A.; MEEK, L.; LARSEN, I. M. (Ed.). *The Higher education Managerial revolution?* Dordrecht: Kluwer Academic, 2003. p. 179-202.
- MERTON, Robert. *The Sociology of science*. Chicago: The University of Chicago, 1973.
- MURPHY, R. *Social closure: the theory of monopolization and exclusion*. Oxford: Oxford University, 1988.
- MUSSELIN, C. Towards a sociology of academic work. In: AMARAL, A.; BLEIKLIE, I.; MUSSELIN, C. *From governance to Identity, a festschrift for Mary Henkel*. London: Springer, 2008. p. 47-56.
- NEAVE, G. Higher education policy as an exercise in contemporary history. *Higher Education*, London, n.32, p. 403-415, 1996.
- NEAVE, G.; VAN VUGHT, F. A. Conclusions. In: NEAVE, G.; VAN VUGHT, F. A. (Ed.). *Prometheus bound: the changing relationship between government and higher education in Western Europe*. Oxford: Pergamon, 1994. p. 239-255.
- NEWSON, J. Constructing the pos-industrial university: institutional budgeting and university corporate links. In: ALTBACH, P. G.; JOHNSTONE, B. (Ed.). *The Funding of higher education: international perspectives*. New York: Garland, 1993. p. 288-304.
- OLSSSEN, M.; PETERS, M. Neoliberalism, higher education and the knowledge economy: from the free market to knowledge capitalism. *Journal of Education Policy*, London, v.20, n.3, p. 313-345, 2005.
- PERKIN, H. *Key profession: the history of the association of university teachers*. New York: A. M. Kelley, 1969.
- PORTUGAL. Lei 62/2007: regime jurídico das instituições de ensino superior. *Diário da República*, 1ª Série, n.174, 10 set. 2007.
- REED, M. New managerialism, professional power and organisational governance in UK universities: a review and assessment. In: AMARAL, A.; JONES, G. A.; KARSETH, B. (Ed.). *Governing higher education: national perspectives on institutional governance*. Dordrecht: Kluwer Academic, 2002. p. 163-186.
- SANTIAGO, R.; CARVALHO, T. Effects of managerialism on the perceptions of higher education in Portugal. *Higher Education Policy*, London, n.17, p. 427-444, 2004.
- \_\_\_\_\_. Academics in a new work environment: the impact of new public management on work conditions. *Higher Education Quarterly*, London, v.62, n.3, p. 204-223, 2008.
- SANTIAGO, R.; CARVALHO, T.; RELVA, R. Research and the universities' image. *European Journal of Education*, London, v.43, n.4, p. 495-512, 2008.
- SANTIAGO, R.; MAGALHÃES, A.; CARVALHO, T. *O Surgimento do managerialismo no sistema de ensino superior português*. Matosinhos: Cipes, 2005.
- SANTIAGO, R. et al. Changing patterns in the middle management of higher education: the case of Portugal. *Higher Education*, London, n.52, p. 215-250, 2006.
- SLAUGHTER, S.; LESLIE, L. *Academic capitalism: politics, policies and the entrepreneurial university*. Baltimore: John Hopkins, 1997.

SLAUGHTER, S.; RHOADES, G. Contested intellectual property: the role of the institution in United States higher education. In: AMARAL, A.; MEEK, L.; LARSEN, I. M. (Ed.). *The Higher education managerial revolution?* Dordrecht: Kluwer Academic, p. 203-228, 2003.

WEBER, Max. *Économie et société*, 1: les categories de la sociologie. Paris: Plon, 1995.

ZIMAN, J. "Post-academic science": constructing knowledge with networks and norms. *Science Studies*, Aalto, Finland, v.9, n.1, p. 67-80, 1996.

\_\_\_\_\_. *Prometheus bound: science in a dynamic steady state*. Cambridge: Cambridge University, 1994.

### **RUI SANTIAGO**

*rui.santiago@ua.pt*

### **TERESA CARVALHO**

*teresa.carvalho.@ua.pt*

Professores do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território, do Centro de Investigação em Políticas do Ensino Superior da Universidade de Aveiro – Portugal